

# Brasil e Argentina: a política externa do Estado Novo e o Projeto Desenvolvimentista

Thiago Augusto Malvestio Pavanelli<sup>1</sup>

---

## Resumo

A política externa do Estado Novo era caracterizada, entre outras coisas, pela existência de um projeto desenvolvimentista. Projeto esse que só seria possível com a obtenção de capitais e tecnologias externas. A Segunda Guerra Mundial foi o momento ideal para colocar em prática essa política, justamente pela disputa entre os países, que faziam acordos para conseguir aliados. O Brasil, após se manter neutro no início do conflito – com o intuito de extrair o máximo da disputa entre Estados Unidos e Alemanha – aliou-se aos Estados Unidos, diminuindo assim sua margem de manobra. Mas, com a Argentina se afastando cada vez mais dos norte-americanos, a importância política do Brasil aumentava ainda mais. O objetivo desse trabalho é mostrar o quanto os acontecimentos políticos na Argentina favoreceram o Brasil na tentativa de colocar em prática o seu projeto desenvolvimentista.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasil e Argentina, Estado Novo, Desenvolvimentismo.

## Abstract

The international policy of the New State was characterized, among other things, by the existence of a developmental project. This project would only be possible with the acquisition of external technologies and capital. The Second World War was the ideal time to put into practice this policy, precisely because of the dispute between the countries, which made arrangements to get allies. Brazil, after remaining neutral at the beginning of the conflict - in order to get the most out of the dispute between the United States and Germany - found himself allied with the United States, thereby decreasing the Brazilian maneuvers. However, with Argentina increasingly moving away from the Americans, the political importance of Brazil further increased. The aim of this paper is to show how political developments in Argentina favored Brazil in an attempt to put into practice their developmental project.

**Keywords:** Foreign Policy, New State, Developmentalism.

---

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP e bolsista CNPQ. Email: thipavanelli@yahoo.com.br

## Introdução

Muitos autores analisam a política externa e as relações internacionais a partir de dois focos distintos e frequentemente excludentes: a ordem política e a ordem econômica.

Porém, tanto para Gerson Moura (1980), quanto para Henrique Altemani (2005), a política externa brasileira não deve ser unicamente analisada nos aspectos econômicos, apesar de sua fundamental importância. Uma abordagem da política externa de um país deve ser feita a partir de um somatório das variáveis econômicas e políticas, e não de variáveis excludentes entre si, além da consideração das determinações estruturais e também conjunturais.

Essa hipótese repele a noção de que a política externa é apenas um reflexo das ações do centro hegemônico, negando o entendimento dessa a partir do exame exclusivo das decisões no país subordinado.

Para Gerson Moura,

a insistência nos elementos conjunturais tem a finalidade de nos alertar para o perigo das explicações economicistas da realidade, que procuram derivar de uma dada estrutura, normas inflexíveis de comportamento político. Por outro lado, a preocupação com os elementos estruturais nos previne contra o voluntarismo e o 'ideologismo' que imaginam ser a realidade modelada pelo exercício de vontades individuais ou grupais que se exercem mediante o mais completo e mais livre arbítrio. (1980, p. 43).

Parece existir certo consenso segundo o qual o Brasil, a partir de meados da década de 1930, teria adotado uma política externa

independente, procurando obter vantagens e ocupar espaços decorrentes do acirramento dos conflitos internacionais. Havia uma constante busca por capitais, tecnologia e mercados, e essa busca indicava a existência de um projeto de desenvolvimento centrado na industrialização, condicionando a política externa, além da pressão de líderes militares na tentativa de melhorar a segurança nacional.

A possibilidade de realizar este projeto se colocava naquele momento, no plano externo, pela existência de disputa pela hegemonia entre os países e no interno, pelo clima ideológico da época, marcado pelo nacionalismo que avançava em amplos segmentos das classes sociais urbanas. As principais bandeiras desse movimento eram a industrialização e a independência nacional (CORSI, 2000, p. 15 – 16).

De acordo com Stanley E. Hilton (1977, p. 60 – 65), a situação internacional era extremamente favorável também às reivindicações do Exército, já que um conflito na Europa era dado como certo, e o Alto Comando do Exército temia que a guerra chegasse à América, pois o Brasil não estava preparado para tal. Ou seja, o Alto Comando tinha agudo interesse na política comercial, encarando-a como único meio de satisfazer as exigências imediatas de segurança nacional. A imagem militar do ambiente externo, a maneira como os líderes militares percebiam as condições internacionais e nacionais, determinou suas metas, as quais, por sua vez, moldavam sua ação política.

Até 1942, quando o Brasil manteve uma política externa neutra, as manobras de barganha de Getúlio Vargas possibilitaram a conquista de capitais para o seu projeto desenvolvimentista, tanto dos Estados Unidos, quanto da Alemanha. Porém, após o governo brasileiro decretar guerra ao Eixo em 1942, a margem de manobra reduziu-se, já que o Brasil finalmente estabelecia

uma aliança com os Estados Unidos, pois havia um interesse dos norte-americanos no Nordeste brasileiro, considerado área de conflito, além da tentativa de manter a liderança no continente.

Com a Argentina se afastando cada vez mais dos Estados Unidos [falta contextualizar como pede o parecerista], a importância política do Brasil aumentava ainda mais. Esse afastamento pode ser explicado pela neutralidade adotada pelos argentinos durante a Segunda Guerra Mundial. Sua adoção em 1939 permitia seguir comercializando com os clientes tradicionais, no caso, Alemanha e Grã-Bretanha.

Com isso, o interesse desse artigo é analisar as conjunturas internas de Brasil e Argentina, dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial, contrapondo com as suas posições na política externa, buscando entender como os acontecimentos políticos na Argentina beneficiaram o Brasil no sentido de colocar em prática alguns pontos importantes de seu projeto desenvolvimentista, no que diz respeito aos recursos conquistados junto aos Estados Unidos.

Essa análise se faz necessária, pois, mesmo com a contribuição substantiva de alguns autores como, Bandeira (2003), Corsi (2000), Moura (1980, 1991), Cervo (1992, 2011), Bueno (1992), não resta dúvida de que importantes lacunas ainda existem e de que, muitas vezes, o ponto de vista utilizado na interpretação sugere aprofundamentos por não deixar explícitas as atuações dos agentes decisórios. Em sentido contrário, os que optaram por apresentar um modelo baseado apenas nas disputas hegemônicas do período, tenderam a relegar questões concretas que constituíram o centro da política externa e a subestimar a tarefa de reconstruir as tramas do jogo político, o posicionamento de seus principais autores e os interesses múltiplos que cada um representava.

Para tal, foi feita uma análise documental, por meio da avaliação de documentos do Arquivo Getúlio Vargas, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), sobre as relações entre Brasil, Estados Unidos e Argentina, comparando com uma análise bibliográfica sobre o projeto desenvolvimentista de Vargas, as políticas externas de Brasil e Argentina e dois acontecimentos que visavam justamente o desenvolvimento do país, sendo esses, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e o fortalecimento das Forças Armadas.

### **Estado Novo, projeto de desenvolvimento e política externa**

No curso do Estado Novo, o governo deu um impulso decisivo ao que ficou conhecido como projeto de desenvolvimento, baseado na industrialização e condicionando as ações políticas e econômicas da política externa do período. Os pontos básicos defendidos por Vargas após a implementação do Estado Novo mostram um grande interesse em acelerar o desenvolvimento. Entre os principais pontos defendidos estão a criação da indústria de base, em particular da siderúrgica, considerada decisiva para a industrialização do país. O fato de a questão siderúrgica apresentar-se como a grande prioridade do governo Vargas é um sinal de quanto vinha se estruturando a ideia da necessidade de uma ação clara do Estado, a fim de criar condições para o desenvolvimento industrial.

Outro setor considerado vital para a política desenvolvimentista de Vargas seria o reaparelhamento da Defesa Nacional. O fortalecimento das Forças Armadas era justificado pela presença dos militares no Estado Novo e também pelo fato do Exército ter se tornado uma instituição coesa e com uma comunidade de

objetivos. Apesar de Vigevani (1996) reconhecer a não existência de uma política internacional claramente definida por parte das Forças Armadas, não há como negar a sua influência na tomada de decisões sobre política externa por parte do governo Vargas, principalmente em após o início do conflito internacional. E é o próprio Vigevani que afirma, ao defender que,

a nova situação, que coincide com o definitivo agravamento das tensões no plano internacional, permite ao Exército dedicar-se intensamente ao esforço de renovação e aperfeiçoamento profissional. Eis porque a questão da compra de armamentos passa a ser um problema central na política não só do Exército, mas do Estado e, em particular, da política exterior. [...] (1996, p. 69).

A questão do financiamento do desenvolvimento aparecia, então, como um ponto central na definição dos caminhos da economia brasileira. O setor industrial não tinha condições de, sozinho, garantir o avanço do processo de industrialização. O governo também esbarrava numa forte oposição das classes dominantes a aspectos essenciais do projeto de Vargas. Isso tudo o levava a optar pelo financiamento externo, o que teria vedado qualquer possibilidade de um desenvolvimento autônomo.

Obter financiamento externo na década de 1930 e início da década seguinte, não era nada fácil. A crise política e econômica internacional tinha diminuído bastante os fluxos externos de capital. Empréstimos só eram possíveis com processos mais amplos de alinhamento político e ideológico com potências em conflito. Porém, a guerra altera de maneira fundamental a ordem internacional, favorecendo a busca de capital estrangeiro por parte do governo de Vargas. A partir desse momento, o Brasil

passa a tirar proveito da situação, sem se preocupar com valores ideológicos e alianças políticas.

É justamente por causa do conflito que a política externa brasileira consegue levar adiante a maioria dos projetos pretendidos. Conforme Gerson Moura,

[...] o quadro internacional, no qual se movia a política externa brasileira durante o primeiro governo Vargas, caracteriza-se pela depressão econômica das sociedades capitalistas e a crise dos modelos e valores políticos, econômicos e ideológicos, assim como pelas tentativas de alterar decisivamente a distribuição do poder mundial. A guerra decorrente desse processo modificou radicalmente a composição do poder na ordem internacional (1991, p.3).

Em um primeiro momento, duas forças antagônicas vão se apresentar como financiadoras desse projeto, sendo uma delas os Estados Unidos, que desde a Crise de 1929, buscavam uma aliança maior com os países da América Latina, por se tratar de uma área fornecedora de matérias-primas e um amplo mercado consumidor. Havia também uma preocupação por parte dos norte-americanos com o aprofundamento da instabilidade política na Europa, com a crise das democracias, a ascensão das ideologias totalitárias e a proximidade da guerra. Buscando essa aproximação com os países da América Latina, os Estados Unidos adotam uma nova atitude em relação ao tratamento com os países latinos, conhecida como Política da Boa Vizinhança. De acordo com Cristina Pecequilo (2005), a Política de Boa Vizinhança deve ser vista como uma mudança tática na política externa norte-americana, sem alteração em seus conteúdos ou prioridades estratégicas sobre o continente. Mas mesmo assim, ainda de acordo com a autora,

não se deve, entretanto, minimizar os efeitos e as conquistas da Política de Boa Vizinhança, pois ela foi capaz de promover uma transformação imediata no relacionamento, principalmente com a renúncia norte-americana à intervenção direta e o início do estabelecimento de instituições de cooperação política e de defesa do hemisfério, que antecederam a criação do sistema interamericana na Guerra Fria (2005, p. 117).

A Alemanha aparecia então como uma segunda força disposta a estreitar ainda mais as relações com o governo Vargas, e da mesma forma que os norte-americanos, ela visava os mercados latino-americanos como fonte de fornecimento de matérias-primas e mercado para suas manufaturas. Desde meados dos anos 1930, compreendendo o sentido da evolução política econômica brasileira, a Alemanha passou a realizar ofertas de máquinas, equipamentos e armas, que seriam trocadas por matérias-primas via comércio de compensação, por meio do qual o país que exportava para a Alemanha receberia em marcos, bloqueados em uma conta bancária, que só poderiam ser despendidos na compra de produtos alemães. Assim, a Alemanha acenava com a possibilidade de garantir a tecnologia e os bens de produção necessários ao avanço da industrialização, cujo preço seria o alinhamento com as forças do Eixo.

Esse período, iniciado em 1935 e que segue até 1941, no qual Estados Unidos e Alemanha se dedicam a aumentar suas participações no mercado brasileiro, é denominado por Gerson Moura (1980) de “equidistância pragmática”, pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder. A manutenção de uma atitude de indefinição do Brasil permitiu-lhe obter vantagens em termos econômicos-comerciais.

O diagnóstico de Washington para a América Latina era de que a América Central e do Sul constituíam parte importante dos planos de dominação mundial dos nazistas, além de ser um campo de colonização potencial, em virtude das populações alemãs que viviam nessas regiões. Finalmente, as vitórias do Eixo em várias partes do mundo estavam retirando do alcance dos Estados Unidos muitos materiais estratégicos, que poderiam ser encontrados no Sul do continente americano. Porém, o que ganhava importância, nesse contexto de acirramento dos conflitos internacionais, era a posição estratégica do Brasil, particularmente a do Nordeste. Esse conjunto de circunstâncias exigia maior coordenação de esforços de vários departamentos do governo norte-americano em relação à América Latina.

### **Brasil e Argentina: O Jogo Político de Vargas**

Após o ataque à Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, os Estados Unidos convocaram a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro. Nessa conferência ficou estabelecida a ruptura das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, além de assegurar aos Estados Unidos tratamento preferencial no comércio interamericano e garantia para seus investimentos. Também subordinou os projetos econômicos no continente aos interesses bélicos norte-americanos. Mas Argentina e Chile resistiram à proposta norte-americana, obrigando os Estados Unidos a aceitarem apenas uma recomendação de rompimento das relações com o Eixo, de modo a assegurar a unanimidade da decisão.

Contudo, de acordo com Moniz Bandeira (2003, p. 202-3), o Brasil dependia do mercado norte-americano para o escoamento da produção de café, que ainda tinha grande importância na

economia brasileira, e não podia deixar de acompanhar os Estados Unidos. Diante de tal situação, Vargas, após mostrar aos chefes militares e ao seu ministério as vantagens ou as consequências da atitude que o Brasil tomaria, e vencer as resistências, autorizou Oswaldo Aranha a encerrar a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, anunciando o rompimento das relações do Brasil com as potências do Eixo.

O Brasil então abandonava o pragmatismo, substituindo-o pelo alinhamento com os Estados Unidos. Mas isso não quer dizer que essa aliança se daria sem dificuldades. Com o abandono da neutralidade, a margem de manobra brasileira diminuía, mesmo havendo o interesse norte-americano no Nordeste brasileiro. Somente este último não era suficiente para o Brasil conseguir dar andamento ao projeto desenvolvimentista, apontando para a necessidade de encontrar novas brechas que elevassem a importância de uma aliança norte-americana com o Brasil.

Em relação à Argentina, a neutralidade em caso de guerra europeia era uma tradição. Para Moniz Bandeira (2003, p. 203), a Argentina tinha fortes razões em não romper relações com as potências do Eixo. Também tinha razões ainda mais fortes de se manter neutra.

A maior parte de suas exportações destinava-se aos países da Europa, principalmente a Grã-Bretanha, que desde a década de 1930 ganhava terreno dentro da Argentina, ao contrário do que ocorreu no resto da América Latina. Isso aconteceu porque os interesses dos proprietários de terras, que estavam no poder após o golpe de 1930, harmonizavam-se mais com os da Grã-Bretanha e outros países da Europa, do que com os Estados Unidos. Assim, os interesses da Argentina e Estados Unidos entravam em conflito.

A despeito de sua penetração na Argentina, nunca

os norte-americanos conseguiram estabelecer uma aliança duradoura com setores da classe dominante, como haviam feito os britânicos. Isso se revelou de vital importância durante a Segunda Guerra Mundial e os anos do pós-guerra imediato, favorecendo a tendência a atitudes neutras e nacionalistas que predominavam na Argentina a esse tempo (RAPOPORT, 1996, p. 152).

Segundo Boris Fausto e Fernando J. Devoto (2004, p. 271), o fato é que a Argentina era substancialmente uma sociedade dividida, sobretudo no campo político e militar. Ao contrário do que acontecia no Brasil, o poder na Argentina estava fragmentado, e não concentrado. Isso também resultava da falta de legitimidade da restauração conservadora que, ao mesmo tempo, se apoiava na fraude eleitoral. Em termos mais amplos, a crise mundial de 1929 afetou os mercados internacionais e produziu uma situação de isolamento em numerosos países, entre os quais se encontrava a Argentina. Os governos conservadores aplicaram medidas protecionistas, que tenderam a isolar o país do resto do mundo, para protegê-lo e impulsionar assim um processo de industrialização por substituição de importações, que teria efeitos importantes sobre o futuro econômico e político do país. Nesse contexto, uma aliança com os Estados Unidos poderia ser vista como algo prejudicial a essa política econômica.

A Alemanha, por sua vez, também mantinha fortes ligações econômicas com a Argentina e não as queria perder, isolando-se completamente de toda América Latina. Moniz Bandeira (1973, p. 293) aponta que no período de guerra, as reservas de dólares e libras esterlinas, existentes na Europa, foram transferidas para a Argentina. Estima-se que o fluxo de capital europeu deslocado atingia a cifra de um bilhão de marcos. De acordo ainda com suas informações, as firmas alemãs e agentes políticos do

governo armazenavam estoques de grande porte, associando-se ao capital argentino.

No caso brasileiro, com o advento do Estado Novo, a implantação de uma usina siderúrgica moderna e de grande porte passou a ser considerada de fundamental importância para o desenvolvimento do país e da segurança nacional, tornando-se o centro das preocupações e da ação do governo Vargas, que redobrou os esforços para concretizar o projeto.

Getúlio Vargas aproveitou-se da conjuntura internacional para fazer andar as negociações com os Estados Unidos. Enquanto a Alemanha derrotava a França, Vargas aproveitava para elogiar o totalitarismo e justificar o Estado Novo. Esse gesto deixava Washington receoso, e era isso que Vargas desejava. O Brasil dispunha de poucos trunfos, então, na marcha dos conflitos, aquele era o momento certo. Vargas forçou, assim, o andamento das negociações: ou Washington coopera, e em espaço de tempo curto, ou abre-se caminho para a cooperação alemã. Pode-se dizer então que, a esta altura, o problema siderúrgico estava se tornando mais um problema político do que um assunto econômico na relação entre os dois países.

Mesmo com uma aproximação maior entre Brasil e Estados Unidos, a dificuldade do governo Vargas em conseguir os capitais necessários continuava em pauta. De um lado, o Departamento de Estado norte-americano defendia a tese de que só liberaria o financiamento se a siderúrgica fosse implantada por uma firma dos Estados Unidos. De outro lado, não havia interesse das firmas norte-americanas pelo empreendimento. Segundo Clodoaldo Bueno (1992, p. 237), a U.S.Steel, firma contatada pelo Departamento de Estado, não se interessou pelo projeto brasileiro.

Mas, acontecimentos em fins de 1940, fizeram com que a

posição norte-americana começasse a dar sinais de mudanças. Um dos fatores foi a evolução dos conflitos na Europa, principalmente as vitórias alemãs, já que os Estados Unidos temiam invasões no Nordeste brasileiro. E outro acontecimento, de mesma importância para a mudança da posição norte-americana, foi a ascensão de Ramón J. Castillo no governo argentino. Castillo era um homem conservador e empenhado em preservar o sistema de repressão. Os boatos sobre um golpe pró-fascista na Argentina não foram bem recebidos em Washington, e com a Argentina se afastando cada vez mais dos Estados Unidos, a aliança com o Brasil se tornava essencial, pois sem contar com o apoio dos dois maiores países sul-americanos, a política de solidariedade continental não teria futuro.

De acordo com Gerson Moura (1991, p. 20), em setembro de 1940, o acordo para a construção da usina foi assinado. Nesse acordo, o governo brasileiro construiria a siderúrgica mediante empréstimos do *Eximbank* (*Export and Import Bank*), com assistência técnica de companhias privadas americanas.

Embora a construção da siderúrgica de Volta Redonda não estivesse na pauta do modelo econômico americano para a América Latina, justificava-se a iniciativa em termos políticos: a usina era o preço de obtenção da boa vontade brasileira para com as exigências americanas. E a boa vontade brasileira era então essencial ao planejamento estratégico de Washington (Id, 1991, p. 21).

A política externa brasileira tinha, porém, pouca margem de manobra entre os objetivos dos Estados Unidos, mas, ainda que limitada, era real. De outro lado, a política “anti-americana” da Argentina, por si só ampliava a margem de manobra brasileira. De acordo com Marcelo de Paiva Abreu,

[...] subjacente à decisão norte-americana de ir adiante com o financiamento e com o fornecimento de material para Volta Redonda, não estava o temor de uma altamente improvável alternativa alemã, mas sim considerações relativas a uma política de longo prazo para a América Latina que dependia do fortalecimento do Brasil em detrimento da Argentina (1999, p. 327).

A questão dos investimentos nas Forças Armadas também exigiu por parte do governo Vargas um grande jogo político para que pudesse ser efetivado e, mais uma vez, episódios ocorridos em relação aos argentinos, foram favoráveis aos Brasil.

Um dos motivos para os militares brasileiros ficarem receosos com a ocupação das bases no Nordeste era a movimentação das Forças Armadas argentinas, sendo que os norte-americanos tinham conhecimento desses fatos. Os militares brasileiros queriam o fortalecimento das tropas na fronteira com a Argentina. Em seu relatório ao Departamento de Guerra em Washington, Miller, chefe da Missão Militar Americana, diz que,

[...] as autoridades do Exército Brasileiro parecem sentir verdadeiro horror da presença de tropas americanas em território brasileiro. Eles consideram essa possibilidade como uma violação da soberania do Brasil e parecem ter medo de um levante no sul do Brasil, provavelmente auxiliado por elementos nazistas da Argentina (MILLER, 1941).

A rivalidade entre o Brasil e a Argentina foi um dado constante nos cálculos do governo Vargas no que se refere à política externa. Desde 1930, buscava-se um equilíbrio de forças na região do Cone Sul. Um dos motivos de Vargas colocar a questão do reequipamento das Forças Armadas como uma das

prioridades de seu governo devia-se ao fato de a Argentina ter feito compras significativas de material bélico durante os anos 1930. Um alinhamento aos Estados Unidos poderia mudar a situação a favor do Brasil, numa tentativa de garantir a supremacia brasileira na região.

Ainda no início de 1942, de acordo com o General Dutra, percebemos que o Brasil não possuía a quantidade desejada de material bélico prometido pelos Estados Unidos:

[...] por outro lado, dois anos são já decorridos de solicitações, entendimentos e promessas no sentido de obtermos dos Estados Unidos o material bélico mais indispensável, sem que até o presente nada de concreto fosse conseguido (DUTRA, 1942).

Porém, como já foi visto, também no início de 1942, aconteceu a Conferência Consultiva dos Chanceleres no Rio de Janeiro, na qual a Argentina se opôs à posição norte-americana de rompimento das relações com o Eixo. Os Estados Unidos, preocupados com o posicionamento da Argentina e com a influência do Eixo no continente, iniciaram uma ofensiva política, baseada em promessas de auxílio econômico e militar. Como a Argentina se mostrava contrária às propostas de Washington, quem saía fortalecido com tal política era o Brasil.

Num documento enviado por Carlos Martins, embaixador brasileiro em Washington, ao Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, fica evidente como a posição tomada pelos argentinos na Reunião dos Chanceleres causou um mal-estar entre os norte-americanos, que passaram a dedicar maiores atenções aos acontecimentos no sul do continente americano:

A situação política da América do Sul em geral voltou a

tomar vulto nas preocupações das rodas políticas e dos órgãos da opinião pública [...] Motivos imediatos desse novo surto foram as declarações do Ministro Ruy Guiñazu perante o Congresso argentino [...] Por isso, desde a recrudescência da tensão criada aqui pelo discurso do Ministro das Relações Exteriores da Argentina, os problemas da América Latina entraram a chamar maior atenção e comentário (MARTINS, 1942).

Já em fevereiro de 1942, Sousa Costa, Ministro da Fazenda do governo Vargas, viajou aos Estados Unidos com o objetivo de discutir uma série de assuntos pendentes e importantes para a consolidação da aliança entre os dois países. A missão brasileira celebrou um conjunto de acordos relativos ao fornecimento de material bélico e à exportação de produtos primários, que ficaram conhecidos como Acordos de Washington. Para Corsi (2000, p. 196), a preocupação de Vargas com o problema do fornecimento de material bélico era patente, não só porque sofria pressão por parte das Forças Armadas, cansadas das promessas norte-americanas e da falta de resultados concretos, mas também porque se sentia pressionado pela Argentina. A preocupação de Vargas com os argentinos fica clara num telegrama de Vargas à Sousa Costa:

[...] continuam chegando informações atividades nossos vizinhos sul já agora em combinação com agentes nazistas. Atividades nossa fronteira não se limitam substituição forças polícia por forças exército armadas e equipadas para campanha, mas compreendem também instalação postos, rádio, colocação de barcos velozes armados metralhadoras no rio Uruguai, construção apressada rodovias e campos aterrissagens [...] e a construção de pontes resistentes grande peso, depósito de material bélico em Posada (VARGAS, 1942).

O endurecimento da posição de Vargas e dos militares surtiu efeito. Em fins de fevereiro, chegou-se a um acordo definitivo quanto ao fornecimento de equipamento bélico. De acordo com Moniz Bandeira (1973, p.284), com base na Lei de Empréstimos e Arrendamentos (*lend and lease*), o montante das compras que o Brasil poderia realizar nos Estados Unidos passou de 100 milhões de dólares (acordos de outubro de 1941), para 200 milhões de dólares.

Em novembro de 1942, as forças anglo-americanas tiveram sucesso na invasão do norte da África, o que fez com que o perigo de uma invasão do território brasileiro desaparecesse e, com isso, se enfraquecesse a posição do Brasil na aliança com os Estado Unidos.

O desembarque das forças aliadas no Norte da África criou, portanto, novos problemas para os planejadores brasileiros. A partir daquele momento, o Brasil deixava de ser um teatro potencial da guerra e passava a ser visto pelos EUA como mera fonte de material estratégico e rota para o transporte de forças aliadas para o *front* (MOURA, 1991, p.28).

Isso acontecia justamente no momento em que o Brasil procurava ocupar um espaço próprio no contexto internacional. Esse espaço pressupunha, para amplos setores do governo, um papel de proeminência na América do Sul e de destaque no mundo. Um dos exemplos de iniciativas políticas que procuraram explorar essas possibilidades foi a tentativa de criação de um corpo expedicionário para participar diretamente da guerra.

A criação da FEB consistiu em uma tentativa de conseguir maiores fornecimentos de armas e projeção internacional, já que a margem de manobra do Brasil era pequena, pois o fornecimento

de matérias-primas estratégicas deixou de ser tão vital quanto fora no início da guerra e a posição geográfica do Brasil tinha perdido importância com as vitórias dos Aliados.

Quanto ao projeto brasileiro de participar da guerra, o governo americano começava a perceber que o assunto assumia uma importância crucial para o governo Vargas e para os militares brasileiros. O Departamento de Estado americano verificou que o entusiasmo brasileiro por uma participação mais ativa na guerra não poderia ser contrariado, sem que efeitos negativos surgissem na atitude do Brasil para com a guerra e seus aliados.

Havia então o impasse sobre onde estacionar as tropas brasileiras, já que os Estados Unidos não mostravam interesse nenhum no projeto brasileiro. O lento progresso da FEB teve consequências sérias para a política externa brasileira, em especial para as relações militares e políticas com os Estados Unidos, nos últimos meses de 1943. O resultado disso foi que, o fim do ano de 1943 foi um período de recriminações mútuas. Os brasileiros acusavam os norte-americanos de haver extraído muitos ganhos do Brasil e de haver perdido seu interesse anterior. Washington alegava que os brasileiros não tinham aceito plenamente a orientação do *War Department* e nem mesmo completado a organização das unidades da FEB.

Porém, mais uma vez, uma combinação de acontecimentos na política sul-americana, envolvendo a Argentina, se mostrou favorável ao Brasil. Em junho de 1943, um conjunto denominado “*Grupo de Oficiales Unidos*” (GOU), grupo de oficiais do exército argentino, com uma orientação nacionalista e favorável a um regime autoritário, derrubou o governo de Castillo, deixando a presidência ao general Ramirez. Tal acontecimento, aliado ao golpe militar na Bolívia, liderado pelo general Villaroel, fizeram com que os Estados Unidos ficassem mais preocupados com a

política sul-americana. Para o governo do Rio de Janeiro e de Washington, o golpe na Bolívia foi largamente influenciado pela Argentina. Segundo Gerson Moura, “a percepção americana era de que o equilíbrio político no continente se alterava substancialmente com a coalizão boliviana-argentina, em detrimento dos interesses norte-americanos” (1991, p. 35).

Um documento de Carlos Martins enviado a Getúlio Vargas relata justamente a preocupação do governo e da opinião pública dos Estados Unidos com os acontecimentos na política interna da Argentina:

A situação da Argentina preocupa fortemente não só o Govêrno mas a opinião geral. Diariamente os jornais, rádio, trazem artigos e comentários ao redor do assunto, com marcado desagrado. Este Govêrno não aceita a pretensão do Govêrno atual da Argentina [...] (MARTINS, 1944).

Após esses acontecimentos, os Estados Unidos perceberam que não poderiam perder a confiança dos militares brasileiros, e começaram a por em prática as solicitações do governo Vargas. De acordo com Corsi,

o desenvolvimento industrial era visto como um pressuposto para o fortalecimento da posição mundial do país e para a mudança de sua inserção na divisão internacional do trabalho. A documentação também sugere, mais uma vez, o quanto era importante a concorrência com a Argentina na formulação de estratégias do governo brasileiro. Caberia explorar essas oportunidades, adotando políticas para alcançar esses objetivos (2000, p. 227).

E foi justamente isso que o governo brasileiro fez. Vargas apresentou novos pedidos de material bélico a Roosevelt, além de solicitar aos Estados Unidos a construção imediata de dois campos de pouso no Sul do Brasil, com o excedente de material utilizado no Nordeste. Para a felicidade do governo brasileiro, o governo norte-americano, juntamente com suas agências militares, concluiu que a melhor forma de enfrentar a coalizão argentino-boliviana, era dar ao Brasil forças efetivas na fronteira com a Argentina. O resultado disso é que, no início de 1944, os armamentos tão aguardados pelo Brasil finalmente começam a chegar rapidamente ao Sul do país. E também, após um impasse entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, a FEB seria embarcada para o exterior.

Como disse Vargas, em um documento datado de 10 de outubro de 1944, e classificado como secreto,

[...] o governo Americano se propõe a preparar militarmente o Brasil para que este, na América do Sul, possa não só defender-se, como também os interesses da própria América do Sul e dos outros países Sul Americanos, se agredidos [...]. De qualquer forma [...] o Brasil não pretende agredir a Argentina, porém deve estar preparado para se defender como a qualquer outro país da América, principalmente os pequenos países limítrofes como a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai (VARGAS, 1944).

Esse documento mostra justamente que o interesse norte-americano no Brasil estava estritamente ligado aos acontecimentos políticos na Argentina e em toda a América do Sul. Com isso, e devido à postura argentina durante a guerra, o Brasil sai da guerra como principal aliado dos Estados Unidos no continente americano.

## Considerações Finais

A política externa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial sempre esteve calcada na busca por recursos para por em prática o projeto desenvolvimentista do Estado Novo, do qual fazia parte o rearmamento das Forças Armadas e a criação da Usina Siderúrgica Nacional, sendo necessária a ajuda do capital estrangeiro. Um fator fundamental para explicar as posições do governo brasileiro relativas aos temas elencados foi a posição assumida pela Argentina durante a Segunda Guerra Mundial.

A posição de não-beligerância dos argentinos em relação ao Eixo culminou em uma relação conflituosa com os Estados Unidos. Já as relações entre Brasil e Argentina tiveram seus momentos de conflitos, mas não há fortes indícios de uma relação difícil, visto que o interesse do Brasil era receber os recursos e dar andamento ao projeto desenvolvimentista. Nos dois casos analisados, o Brasil tirou proveito da situação na Argentina, ora utilizando isso como jogo de manobra, ora sendo favorecido apenas pelos acontecimentos.

Na busca por recursos para a criação da Siderúrgica, o Brasil se deparou com uma forte resistência por parte do governo norte-americano. O auxílio financeiro dos Estados Unidos veio somente com a ascensão de Castillo à presidência argentina, mesmo com o interesse do governo norte-americano de enviar tropas ao Nordeste brasileiro, considerado uma área de interesse do Eixo em decorrência das vitórias alemãs na Europa e no norte da África. Washington sabia que Castillo era favorável ao Eixo e não queria correr o risco de perder o apoio dos dois maiores países da América do Sul.

Preocupado com o fortalecimento do exército argentino, o governo Vargas se empenhou no recebimento de armamentos

para as Forças Armadas brasileiras. O antigo interesse dos norte-americanos em enviar tropas ao Nordeste, aliado à atuação da Argentina na Conferência Consultiva dos Chanceleres, culminou em um acordo altamente favorável ao Brasil, por meio do qual receberia 200 milhões de dólares para arrendamento de material bélico.

A importância geográfica do Nordeste para os Estados Unidos diminuíra após as vitórias dos Aliados no norte da África, refletindo no desinteresse dos norte-americanos com a formação da Força Expedicionária Brasileira. Porém, com os golpes de 1943 na Argentina, acompanhado pelo golpe militar na Bolívia, com aparente colaboração do governo argentino, os Estados Unidos viram na criação da FEB uma maneira de fortalecer o Exército brasileiro em relação ao argentino, além de manter uma aliança com o Brasil, no momento em que crescia a influência argentina no continente.

Pode-se dizer, então, que a política externa brasileira ao longo do período de desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial foi altamente beneficiada pelos acontecimentos na política interna argentina, bem como pelas atitudes tomadas pelos argentinos em sua política externa. Como se procurou avaliar, os casos analisados apontam para um desenvolvimento melhor a partir da posição assumida pela Argentina. Por sua vez, também verificamos, uma vez mais, que não é possível a qualquer país desenhar política externa e interna de forma independente. Ao contrário, ambas se inter-relacionam, determinando as ações, em todos os âmbitos, de cada um dos países e de suas relações no mundo.

## **Bibliografia**

ABREU, Marcelo de Paiva (1999). *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Trad. Eduardo Loyo e Mário Mesquita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2003). *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan: 2ª edição.

BUENO, Clodoaldo (1992). Transição do período Vargas (1930-1945): “continuidade – eqüidistância – realinhamento”. In: *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática.

CORSI, Francisco Luiz (2000). *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp.

HILTON, Stanley E (1977). *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MOURA, Gerson (1991). *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_ (1980). *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2005). *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª Ed.

RAPOPORT, Mario (1996). “Argentina”. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIGEVANI, Tullo. Os militares e a política exterior brasileira: interesses e ideologia. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon

(Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930 – 1990): crescimento, modernização e política externa (Vol. 1)*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

### **Fontes Documentais**

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

Arquivo Getúlio Vargas:

DUTRA, Eurico Gaspar. *Carta encaminhada à Vargas*. Rio de Janeiro: 24 de jan de 1942.

MARTINS, Carlos. *Memorando de Carlos Martins a Oswaldo Aranha sobre as relações argentino-americanas*. Washington D.C.: 30 de jul de 1942.

\_\_\_\_\_. *Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas relatando a preocupação dos americanos em relação à Argentina*. Washington D.C.: 29 de fev de 1944.

MILLER, Lehman W. *Relatório ao Departamento de Guerra em Washington*. Rio de Janeiro: 08 de ago de 1941.

VARGAS, Getúlio. *Telegrama à Sousa Costa*. Rio de Janeiro: 14 de fev de 1942.

\_\_\_\_\_. *Documento da Comissão Militar Mista Brasil-EUA*. Rio de Janeiro: 10 de out de 1944.